

TESTEMUNHO

Fernando Moreira de Abreu

O Testemunho que me é pedido sobre a intervenção pessoal, enquanto católico, no período que precedeu o 25 de Abril e o comportamento e acções desenvolvidas, subsequentemente à Revolução de 25 de Abril, considereei dever enquadrá-lo na minha trajectória de militante e dirigente dos Movimentos Operários da Acção Católica e de Secretário – Geral Ajunto da Junta Central da Acção Católica Portuguesa.

Aos 15 anos, sendo então trabalhador-estudante e frequentando o curso nocturno da Escola Comercial Veiga Beirão, em Lisboa, convidado por um colega a acompanhá-lo a uma actividade do Núcleo das Escolas Técnicas da Juventude Operária Católica, ao ouvir o Pe. Read, Assistente Diocesano da JOC, afirmar que para Cardijn **“a alma de um operário vale mais do que todo o ouro da terra”**, e que **“a salvação e a libertação da juventude operária seria obra da própria juventude operária”** decidi aderir à JOC.

No decurso do meu segundo mandato de Presidente de Secção da JOC da Encarnação, encontrando-me a conversar com um outro jocista próximo da Igreja da Paróquia no largo do Chiado fui detido e espancado por uma brigada da PIDE sob a acusação de pertencer ao MUD Juvenil e ao Partido comunista.

Avisada a Direcção Geral da JOC pelo jocista que comigo havia sido preso e fora rapidamente libertado, o Bispo de Tiava dirigiu-se, pessoalmente, à sede da PIDE para saber dos motivos da minha detenção e, surpreendentemente, foi informado pelo Inspector que o atendeu que não havia sido detido ninguém de nome Fernando Abreu.

Despedido sem “justa causa” da Livraria Bertrand por ter recusado mudança de horário que me impediria de continuar a estudar, fui contratado para trabalhar no Secretariado da Direcção Geral da Liga Operária Católica, actividade profissional em que viria a tomar conhecimento das

verdadeiras causas da demissão do Pe. Abel Varzim (à data meu Pároco) de todos cargos que detinha na Acção Católica, da proibição do jornal “O Trabalhador” e da acusação e censura do Cardeal Patriarca Manuel Cerejeira aos dirigentes nacionais da LOC por esta se ter desviado das finalidades da Acção Católica, na sua ilusória, mas generosa, tentativa de cristianização do corporativismo português.

Durante os anos em que trabalhei na LOC, acompanhei a mágoa dos seus dirigentes que, por amor ao Movimento não o abandonaram, não sem deixarem de lamentar que, a ter existido desvio, este tenha durado cerca de treze anos, e que Sua Eminência, Director Nacional da Acção Católica, tivesse agido por pressão governativa e de forma pouco fraterna.

Apesar do choque que tal situação provocou no meu espírito, em Dezembro de 1956, casado e já a trabalhar numa companhia de seguros, filiei-me na LOC, decisão tomada por fidelidade aos ideais da JOC que transformaram e deram sentido à minha vida, aprofundando os valores da Solidariedade, da Fraternidade, da Justiça e da Liberdade à luz do Evangelho de Jesus Cristo.

Em 1961, em resultado do reconhecimento da acção desenvolvida na Secção da LOC de Queluz fui proposto e nomeado pelo Cardeal Manuel Cerejeira, Presidente da Direcção Diocesana de Lisboa, e no exercício deste cargo, por motivo da ocupação de Goa pela União Indiana, após consulta aos demais dirigentes, tive de impedir a participação de bandeiras do Movimento nas manifestações de desagravo então promovidas.

Devo deixar claro que, enquanto dirigente da Acção Católica, nunca escondi o meu posicionamento político, e é incontestável que desenvolvi acção política de oposição ao regime político vigente até 25 de Abril.

Fugiria, pois, à verdade se não confirmasse ter aproveitado as prerrogativas e oportunidades que o exercício de cargos de dirigente dos Movimentos Operários Cristãos e da Junta Central da Acção Católica me proporcionaram e facilitaram para o desenvolvimento de acções políticas que em contexto democrático muitas delas seriam consideradas absolutamente naturais.

Abusivamente, talvez, mas com respeito pela sua memória, permito-me citar Abbé Pierre, o padre francês que foi um resistente activo à ocupação nazi, e nos legou esta lapidar Mensagem: **“A luta pelo meu pão pode ser materialismo, mas a luta pelo pão dos outros já é espiritualismo”**.

Ao referir algumas das intervenções objectivas em que participei ou colaborei, julgo oportuno relevar que em nenhuma ocasião fui censurado

pela hierarquia, provavelmente por mérito das cautelas e discrição das minhas actividades paralelas.

Embora referenciado pela Polícia Política, mesmo no período mais activo, não fui incomodado pessoalmente, o que deve ter-se ficado a dever aos cargos assumidos na Acção Católica e às muitas e variadas relações internacionais estabelecidas com um grande e variado número de Organizações Internacionais.

Das acções mais relevantes (ou mais expostas) refiro a colaboração com o Boletim Anti-Colonial em que pessoalmente ou conseguindo a colaboração de pessoas “limpas” de cadastro político que se dispunham a fazer de “pombos-correio” levando e trazendo documentação do estrangeiro.

Enquanto dirigente do Centro de Cultura Operária¹ de que fui Director em dois períodos distintos, a convite da Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos participei num Encontro de sindicalistas de formação cristã e membros dos Movimentos Operários da Acção Católica de Espanha fundadores de Centrais Sindicais clandestinas não confessionais realizado em Friburgo com o apoio de Membros do Comité de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho, sendo de relevar que o Representante da Santa Sé na OIT passou pelo local para cumprimentar os participantes.

Em 1967, participei conjuntamente com dirigentes e ex-dirigentes dos Movimentos Operários da Acção Católica na formação do Movimento clandestino BASE², movimento de intervenção política e sindical, cujo objectivo manifesto era o de contribuir, em colaboração com outras Organizações oposicionistas, para o derrube do regime autoritário e a instauração de uma democracia participativa respeitadora dos justos direitos dos trabalhadores, do povo português e dos povos das colónias.

Como activista do Movimento BASE colaborei na divulgação interna e externa de informações de relevo sobre a situação social, sindical e política, utilizando sobrescritos de Organismos Oficiais e de firmas inexistentes para o que se recorria à confecção de carimbos de borracha.

¹ Sobre o Centro de Cultura Operária consultar pag. 189 a 214 do livro “A Igreja no Mundo Operário” – Contributos para a História da Liga Operária Católica e da Liga Operária Católica Feminina 1936-1974.

Edição da LOC/MOVIMENTO DE TRABALHADORES CRISTÃOS

² Sobre o Movimento BASE-FRENTE UNITÁRIA DE TRABALHADORES consultar “30 Anos” e “Pela dignidade do trabalho – Utopias e Práticas do Trabalho de Base”, Edições BASE.

O Movimento BASE só passou a ser conhecido por esta designação após a publicação de livros identificados com esta sigla, a qual para efeitos policiais seria descodificada por Biblioteca de Assuntos Sociais e Económicos. Por motivo da publicação do livro intitulado “Chile – Socialismo Impossível”, e do qual fui o autor da Introdução e o Responsável pela edição, por instruções da Direcção Geral de Segurança a Polícia Judiciária moveu-me um processo-crime por ofensas ao Chefe de Estado do Chile, General Pinochet, que acusava de responsável dos actos criminosos cometidos no derrube de Salvador Allende.

Sindicalmente, participei por delegação do Movimento BASE em reuniões com outras Organizações oposicionistas, nomeadamente com representantes do Partido Comunista na clandestinidade, tendo também participado em reuniões de lançamento da Intersindical, e conjuntamente com outros sindicalistas movemos uma acção judicial contra a Direcção situacionista do Sindicato dos Escritórios, o que ocorreu pela primeira vez na história do corporativismo português.

No âmbito do relacionamento com outros oposicionistas católicos, por delegação do Movimento BASE, e dadas as estreitas relações mantidas com as ACLI – Associação Cristã dos Trabalhadores Italianos, a expensas e por organização desta Associação que, a nível internacional, e até junto do Vaticano, desenvolveu intenso trabalho na divulgação da situação social, política e colonial do nosso país, fui encarregado de organizar uma deslocação a Itália para contactos com partidos políticos, centrais sindicais, órgãos de comunicação social e organizações religiosas italianas, para a qual convidámos o José Manuel Galvão Teles (que ao tempo era também membro da Junta Central da Acção Católica), o Nuno Teotónio Pereira e o Vitor Wengorovius, ligados ao embrionário Movimento de Esquerda Socialista.

A nível organizativo, e fruto da acção desenvolvida pelo Centro de Cultura Operária participei na constituição dos GAS (Grupos de Acção Sindical) da BASE, os quais, combinando a acção clandestina e semi-clandestina, actuaram a nível de empresas e sindicatos, desenvolvendo importante actuação sobretudo em sectores de actividade de trabalhadores mais desfavorecidos ou que, por lei, estavam impedidos de se organizar sindicalmente, caso dos Correios e Telégrafos.

Após o 25 de Abril fui Coordenador Nacional do Movimento BASE – Frente Unitária de Trabalhadores, Movimento autónomo e independente de intervenção política, sindical e cultural constituído por militantes do Movimento BASE e de membros das Equipas do Centro de Cultura

Operária, Fui também Presidente da Direcção do Centro de Formação e Tempos Livres da BASE-FUT com sede em Casal do Lobo, Coimbra.

Dirigi a revista “Autonomia Sindical” – Informação e Documentação Sindical, editada pelo Sector de Intervenção Sindical e as Edições BASE.

Sindicalmente participei em Listas candidatas à Direcção do SITESE tendo sido eleito Membro do Conselho Geral deste sindicato.

Em 1982, fui convidado pelo Coordenador da CGTP-IN, José Luís Judas, a integrar a Direcção desta Central sindical para ocupar o pelouro das Relações Internacionais, convite que declinei, tendo-o justamente apreciado por se tratar da Central Sindical para cuja constituição e consolidação contribui.

No campo político, participei nas Campanhas Presidenciais de Otelo Saraiva de Carvalho e Maria de Lurdes Pintasilgo, e por influência do José Manuel Galvão Teles, ao tempo membro do Secretariado Nacional do PS, medie e participei nos contactos com vista à participação da BASE-FUT na Frente Republicana e Socialista, e, nesse período eleitoral, participei na reunião em que o PCP propôs, formalmente, à BASE-FUT a participação de três ou quatro dos seus militantes na sua Lista de Candidatos a Deputados em lugares elegíveis e direito à formação de um Grupo Parlamentar Autónomo, Proposta que a Comissão Executiva da Base-Fut recusou.

Em reconhecimento da minha participação na luta pela dignidade do trabalho e dos trabalhadores e a democratização do país, efectuada pela acção cultural, política e sindical, sob proposta da GGTP-IN, tive a honra de ser condecorado pelo Senhor Presidente da República, General Ramalho Eanes, no Dia de Portugal, a 10 de Junho de 1981.